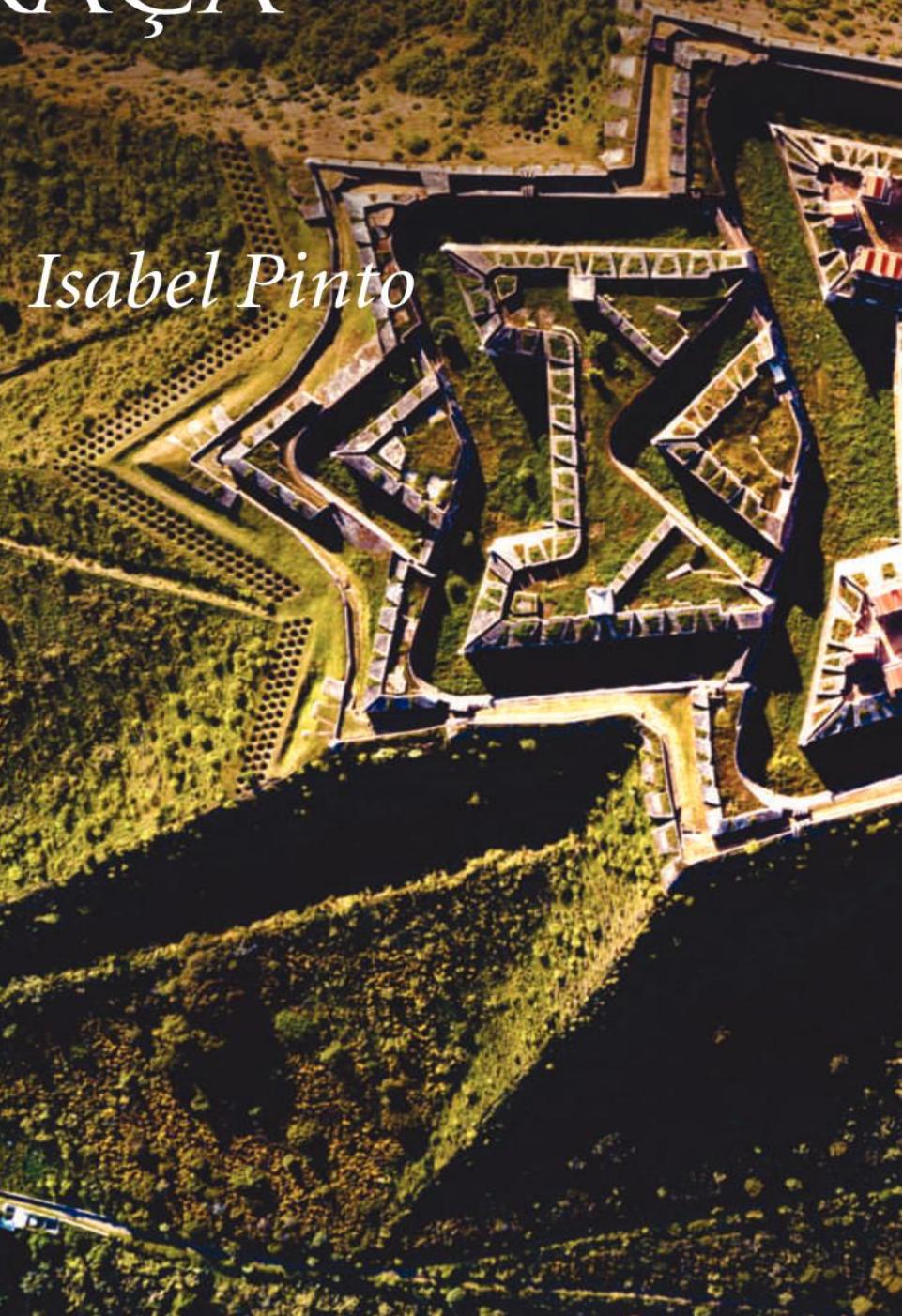


FORTE DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA



Isabel Pinto

Vista aérea do Forte da Graça.
Foto: Arquivo CME





“O Forte continua a ser
uma obra prima de
fortificação cuja arte
se esgotou aqui
completamente (...).”

*A viagem de Christian, Príncipe de
Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve,
descrita pelo Barão von Wiederhold,
1798.*



Vista aérea do Forte da Graça com a cidade de Elvas a Sul. Foto: Arquivo CME

LOCALIZAÇÃO

O Forte de Nossa Senhora da Graça ou de Lippe está implantado no Monte de Nossa Senhora da Graça, na Freguesia de Caia, São Pedro e Alcáçova, no Concelho de Elvas ($38^{\circ}53'40.62''N$ / $7^{\circ}09'51.01''W$, Portalegre, Portugal). Está classificado como Monumento Nacional desde 1910 (Decreto de 16/06/1910, Diário do Governo, 1ª Série, nº 136, de 23 de Junho de 1910) e integra a lista dos bens patrimoniais classificados como Património Mundial pela UNESCO da classificação da Cidade-Quartel fronteiriça de Elvas e suas fortificações desde 30 de Junho de 2012. Em 2013, foi cedida à Câmara Municipal de Elvas a gestão dos 30 prédios militares localizados no Centro Histórico da cidade, propriedade do Ministério da Defesa, com vista à sua recuperação e fruição pública¹. É neste con-

texto que surge a recuperação do Forte da Graça (2014-2015), que se encontrava em avançado estado de degradação, desde a sua desativação militar a 1 de julho de 1989.

ANTECEDENTES

O Monte de Nossa Senhora da Graça foi o local escolhido para implantação de um dos mais poderosos e complexos fortres abaluartados do mundo, a uma altitude de 405 metros. Ainda no século XV aqui se situava a capela de Nossa Senhora da Graça. Este pequeno templo só teria desaparecido por completo com o início dos trabalhos de construção do Forte por volta de 1763. Há notícia de que, em meados do Século XIV, a ermida estaria muito degradada, tendo sido reconstruída a expensas de uma devota senhora, D. Catarina Mendes, que viria a ser bisavó de Vasco da Gama.

Durante o Cerco de Elvas (1658-1659), no contexto da Guerra da Restauração, o exército espanhol tomou o local e nele instalou uma posição de artilharia, a partir da qual atacou severamente a cidade, situação que viria a repetir-se em 1762, durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), quando a cidade é de novo cercada, tendo o inimigo escolhido o Monte da Graça para instalar o ataque. Ficava clara a necessidade de fortificar aquele local para tornar a Praça de Elvas verdadeiramente segura.

HISTÓRIA

Atribui-se a D. José I, ou ao seu Ministro D. José de Carvalho e Melo, a iniciativa da construção do Forte da Graça, ainda em 1763, no rescaldo da Guerra dos Sete Anos. O objetivo era o de construir uma fortaleza que permitisse completar o circuito defensivo da cidade, no sentido de uma eficácia plena. O Marechal Wilhelm von Schaumburg-Lippe, que viajou para Portugal por indicação dos aliados ingleses com vista à reorganização dos exércitos, foi o responsável pelos planos da construção desta fortificação em 1763. As obras foram inicialmente dirigidas pelo Engenheiro francês Éttiene, mas desenvolveram-se sob o comando do Engenheiro militar francês Guillaume Louis Antoine de Valleré e terminaram em 1792.

A obra do forte foi extremamente exigente para a região, tendo chegado a envolver nos trabalhos cerca de 6.000 homens por dia, chegando a um total de 32.000 homens e 4.000 animais. Deste contingente, 1.500 homens eram utilizados só para transportar água da Fonte do Marechal para os terrenos da obra. Este volume de trabalhadores fez com que se tivessem construído algumas habitações e lojas para os operários junto à

Quinta do Vedor dando origem à pequena povoação ainda hoje existente.

O Forte é identificado na documentação como Forte de Lippe, em alusão ao seu arquiteto principal, contudo, em 1777, já no reinado de D. Maria I, recebe a designação de Nossa Senhora da Graça, em memória da antiga capela daquela invocação. O projeto foi desenhado para uma guarnição de 1.500 homens, distribuídos por 1.200 de infantaria, 200 artilheiros, 100 mineiros e armado com 143 bocas de fogo. Com a Guerra Civil (1828-1834), o Forte é readaptado, passando muitos dos espaços dos quartéis e dos paixões a assumirem novas funções. Em 1875, é criada uma Companhia de Correção, que se transforma em Depósito Disciplinar Militar em 1894. Com a implantação da República (1910), o Forte da Graça transforma-se numa prisão política até 1975.

ARQUITETURA

O Forte de Nossa Senhora da Graça constitui um exemplo notável da arquitetura militar do século XVIII e é considerado pelos especialistas como uma das mais poderosas fortalezas abaluartadas do mundo. Foi projetado com traçado abaluartado segundo a escola de fortificação francesa do primeiro sistema do Marquês de Vauban, com ângulos de flanco obtusos, linha de defesa rasante, sem flancos secundários para defender as faces dos baluartes, obras avançadas triangulares afastadas das cortinas, optando-se por revelins, e com traveses no caminho coberto. De acordo com Domingos Bucho², o Forte da Graça ou de Lippe é original pela sua conceção, uma vez que a sua implantação num monte bastante elevado e numa área útil muito reduzida obrigou a esconder quase todos os espaços para a sua logística em pisos sobre-



Foto: Alberto Mayer

Edifício do reduto central encimado pela
Casa do Governador



Foto: Alberto Mayer

Porta do Dragão

postos ou encostados aos terraplenos do corpo principal. É constituído por três corpos: as obras exteriores, o corpo principal e o reduto central.

O corpo principal inscreve-se num quadrado de 145m de lado e é formado por quatro baluartes (Santo Amaro a SO;

Malefa a NO; Badajoz ou Estação a NO; Cidade a SE). Este conjunto é rodeado exteriormente pelo fosso principal da fortificação. Existe um outro fosso interior, que divide o recinto magistral do reduto central, está implantado a uma cota mais alta e é mais estreito. Neste conjunto existem duas portas: a Porta do Dragão e a Porta interior.

O reduto central, de formato quadrangular e com cinco pisos, apresenta, no piso 0, para além da capela, dois enormes corredores, que se cruzam. A capela, de características originais, apresenta uma planta em cruz grega e uma capela-mor circular contendo cada braço da igreja uma dependência abobadada terminando numa canhoneira elíptica. Posteriormente, apenas um dos braços continuou a ser capela passando os restantes a constituir o refeitório dos incorporados em Depósito Disciplinar.

O segundo pavimento do reduto central é todo ele circundado por casamatas e compartimentos defensivos com aberturas de tiro para proteção da parte superior da construção, na qual se encontra a Casa do Governador. Tem planta em cruz grega, apresentando no centro um compartimento circular em torno do qual se desenvolvem todos os outros espaços. A comunicação entre os pisos da casa faz-se por escada interior e uma exterior, virada à cidade, com patamar alpendrado.



Foto: Alberto Mayer

Porta Interior

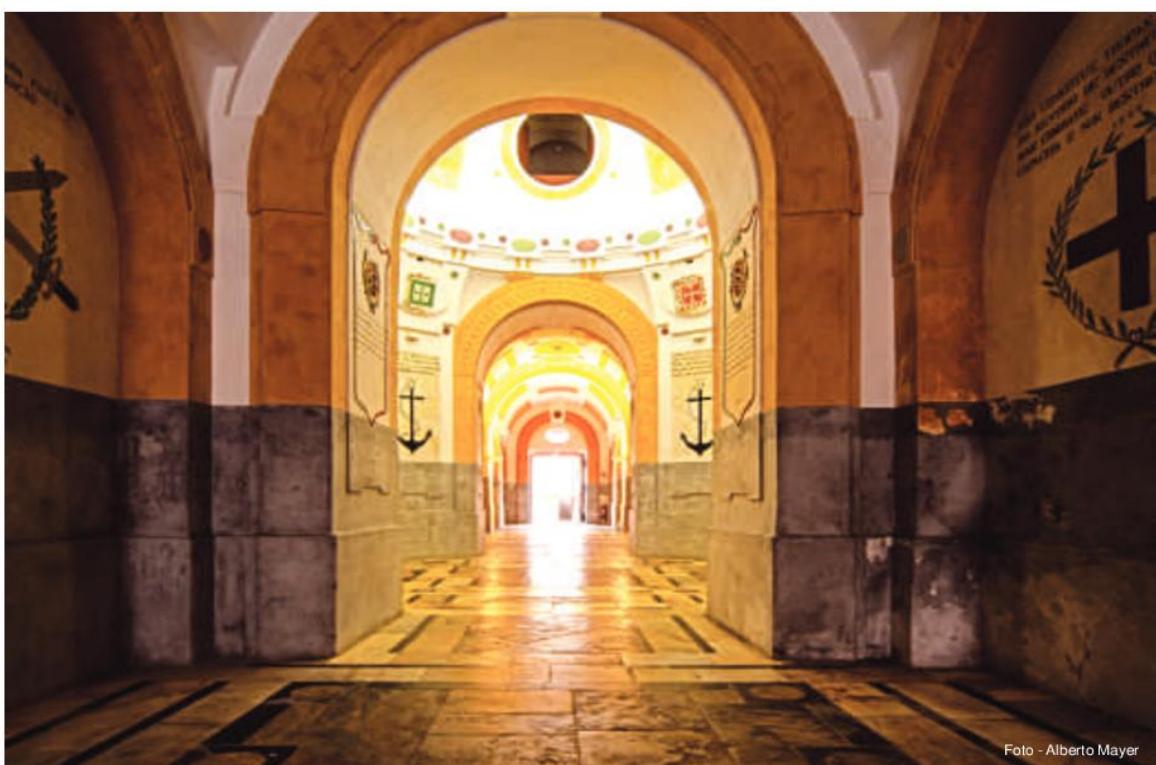


Foto: Alberto Mayer

Piso térreo do reduto central onde se cruzam os corredores

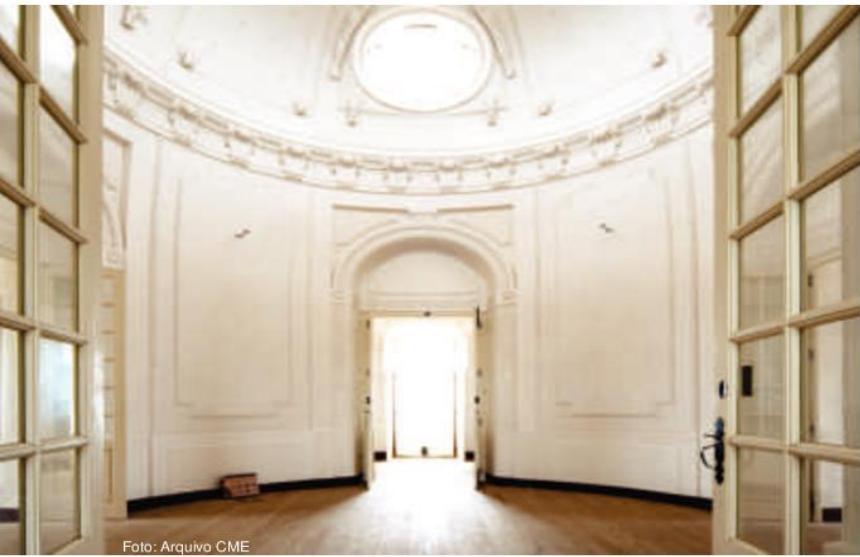


Foto: Arquivo CME

Estuques pintados do interior da Casa do Governador.



Foto: Alberto Mayer

Forno para cozer o pão para os militares

No interior, a sala central do piso inferior tem pinturas, de 1939, alusivas à construção do forte, seus intervenientes e outros factos históricos. O segundo piso, correspondendo à área residencial, tem maior proliferação de estuques relevados, com motivos vegetalistas e geométricos. Esta preocupação arquitetónica e decorativa patente no forte, sobretudo no reduto cen-

tral e casa do governador, é rara nas fortificações nacionais, dada à frequente urgência com que eram construídas e à necessidade de privilegiar o seu caráter militar e defensivo em detrimento de outros.

Faz parte integrante da arquitetura do Forte uma cisterna subterrânea que servia para armazenar água suficiente para seis meses. Esta estrutura recebe as águas pluviais provenientes das varandas do reduto central e do recinto magistral, que percorrem diversos depósitos, passando por sucessivos processos de filtragem até chegarem ao depósito principal.

As obras exteriores do Forte são constituídas por hornaveque, caminho coberto de traçado tenalhado, covas de lobo e esplanada, revelins e contraguardas.

De acordo com Sofia Guerra, o Forte “apresenta características defensivas na totalidade dos seus espaços, não se podendo considerar nenhuma das partes atingível pelo inimigo, nem mesmo a Casa do Governador, de cujo terraço superior se podem contar oito linhas de muralhas vistas na direção do hornaveque. Todos os seus caminhos, casas e compartimentos são dotadas de abertura de tiro para fuzilaria, ou apresentam canhoneiras, de forma a bater toda a envolvente exterior, inclusivamente os pendentes da esplanada (*glacis*) garantido, deste modo, praticamente uma defesa insuperável”³. O Forte da Graça é ainda uma obra-prima em termos materiais, já que foi construído com alvenarias de excelente qualidade e de

enorme espessura, contribuindo para a sua preservação.

Domingos Bucho⁴ salienta que o seu traçado de grande racionalidade favoreceu a economia do espaço e potenciou a sua capacidade defensiva, expressa nos seguintes aspetos: a) Na planta quadrada do corpo principal do Forte com 145m de lado, possuindo um baluarte em cada vértice e um revelim em cada cortina; se unirmos os vértices dos revelins obtemos um outro quadrado igual ao do corpo principal; b) Na geometria das frentes dos baluartes com ângulos de flancos obtusos, linha de defesa rasante; c) Nas dimensões do reduto central, que se insere num quadrado de 40m de lado que tem os seus vértices apontados para as cortinas, na mesma linha dos revelins, para potenciar a sua capacidade defensiva. O reduto é facetado nesses vértices, dando origem a um octógono, com quatro faces reduzidas, que facilitava a circulação de apetrechos de guerra; d) Na



Galeria com pinturas murais de caráter doutrinário e moralista de elevado interesse histórico e completamente inéditas em estruturas fortificadas

obra exterior que defende a aproximação do inimigo a NE, que é uma obra corna com revelim, completamente simétrica; e) Na construção de *glacis* com taludes que têm a sua aresta no prolongamento das linhas capitais dos baluartes, obrigarão a que o inimigo não possa instalar ba-



O Revelim da cidade onde se localizam as áreas de acolhimento ao público

terias nessa linha; f) No acentuado declive que constitui grande dificuldade para quem sobe e para quem ataca, pois o Forte não é visível para quem sobe a elevação; g) Na existência três linhas paralelas de covas de lobo nas zonas críticas, nomeadamente frente à obra corna, dificultando a aproximação da infantaria inimiga.

A RECUPERAÇÃO PARA A FRUIÇÃO PÚBLICA

O Forte da Graça foi alvo de um projeto de recuperação e adaptação para o desenvolvimento de atividades culturais, promovido pelo Município de Elvas, entre 2014 e 2015. A intervenção teve como objetivo tornar o monumento visitável, dotando-o das valências próprias para esse fim, tais como: receção/loja; instalações sanitárias; cafetaria; áreas para serviço educativo e auditório.⁵

O Projeto de Arquitetura, em articulação com o Programa de Conservação

e Restauro, definiu cinco percursos-chave de visita que refletissem o monumento em toda a sua escala. A grandeza do conjunto levou, obrigatoriamente, a uma seleção de espaços onde é permitida a visita pública livre, reservando-se outros para visitas acompanhadas e percursos controlados.

A recuperação do monumento como um testemunho da arquitetura militar do século XVIII foi o ponto de partida do Programa de Conservação e Restauro não omitindo, contudo, a história da utilização do edifício e as suas transformações ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX: o Forte do século XVIII, com destaque para os diferentes aspectos da sua construção/arquitetura em diferentes pontos- casernas, pátios, cozinhas, cisterna, igreja, baluartes, revelins, hornaveque e o devido enquadramento da sua construção no seu contexto histórico, no âmbito da arquitetura militar e da evolução da pirobalística; e o Depósito Disciplinar Militar de 1834 até 1989 (prisão



Foto - Alberto Mayer

Réplica de reparo junto a recepção do Forte

política entre 1910 e 1974). As ações de conservação e restauro se assentaram numa abordagem de intervenção mínima, sem lugar para a retirada de estruturas que não as essenciais, imperando o bom senso e um sentido de hierarquização da memória, orientado pela informação histórica e pela investigação.

Em conclusão, é possível afirmar que a intervenção realizada favoreceu a preservação da memória histórica desta região e da comunidade que a define. O Projeto de recuperação do Forte da Graça contribuiu para a preservação e conservação do monumento, reforçando a atratividade da cidade de Elvas como Património Militar; dinamizou a economia local proporcionando a criação de postos de trabalho; contribuiu para o reforço da iden-

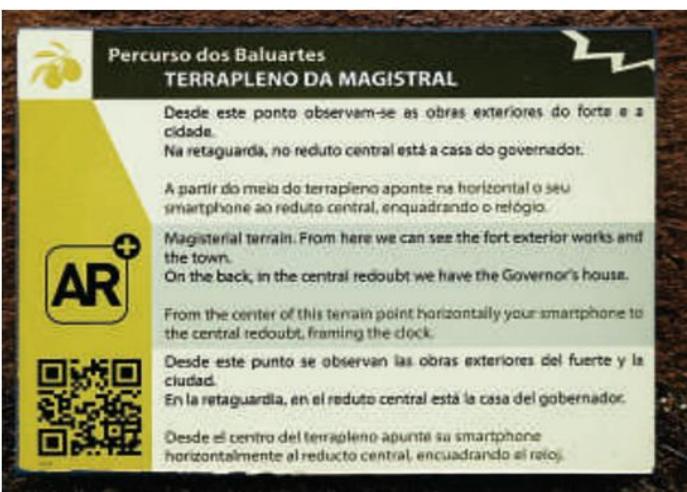


Foto Isabel Pinto

Sinalética dos percursos de visita

tidade local e incrementou a afirmação de Elvas em nível nacional e internacional, possibilitando o aumento do número de turistas num território outrora de guerra, mas que no presente se afirma como um espaço de paz, de diálogo e de convivência multicultural.

Notas

¹ Despacho n.º 14803/2013, DR, 2.ª série, de 15 novembro, autoriza a cedência de utilização, a título precário e oneroso, do imóvel ao Município de Elvas, pelo prazo de 40 anos, mediante contrapartida financeira de 4.229.400,00 euros, sendo abatido do cadastro do Exército; 15 novembro - publicação do Despacho n.º 14803/2013, em DR, 2.ª série, n.º 222, com a cedência de utilização, a título precário e oneroso do forte ao Município de Elvas, pelo prazo de 40 anos; 26 novembro - auto de cedência e aceitação entre o Estado (Direção-Geral do Tesouro e Finanças e a Direção Geral de Armamento e de Infraestruturas de Defesa) e o Município de Elvas.

² Cf. BUCHO, Domingos, *Métodos e escolas de fortificação abaluartada em Elvas*, Edições Colibri, 2010.

³ Cf. GUERRA, Sofia, O Forte de Nossa Senhora da Graça in Revista Monumentos, nº 28, IHRU, 2008, pág. 48.

⁴ Idem.

⁵ O Forte da Graça abriu-se ao público a 27 de novembro de 2015, com a presença de sua Excelência o Presidente da República Aníbal Cavaco Silva. O investimento total foi de 6,1 milhões de Euros, dos quais 4,7 milhões de Euros tiveram financiamento comunitário (QREN INALENTEJO) cabendo ao Município de Elvas assegurar a diferença.

Isabel Pinto

Arqueóloga. Técnica Superior da Câmara Municipal de Elvas desde 2001. Mestre em Museologia; Pós-Graduada em Museus e Educação; Estudos Avançados em Recuperação do Património Histórico e Regeneração Urbana e Económica; e Património Cultural Imaterial. Integrou o grupo de trabalho da candidatura de Elvas a Património Mundial em 2007, tendo acompanhado todo o processo de avaliação da mesma por parte da UNESCO, desde essa data até a classificação do Bem em 2012.

É a representante técnica da Autarquia junto da Comissão Nacional da UNESCO, da Organização das Cidades Património Mundial (OCPM) e da Rede do Património Mundial de Portugal (RPMP).

Atualmente integra o grupo de trabalho que prepara o dossier de candidatura a Património Mundial das Fortalezas Abaluartadas da Raia.

É natural da cidade de Luanda, em Angola. Hoje mora na cidade de Elvas, em Portugal.